

## **“Eu quis a escola e a escola não me quis”:** *relato de experiência a partir de rodas de conversa sobre gênero*

**“I wanted school but the school didn’t want me”:**  
*experience report based on circle discussions about gender*

**“Quise la escuela y la escuela no me quiso”:**  
*relato de experiencia desde círculos de conversación sobre género*

**✉ WANIA GONZALEZ\***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

**RESUMO:** Este é um relato de experiência de rodas de conversa sobre questões de gênero realizadas em uma universidade pública do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense (2023). A pesquisa analisa como o conservadorismo da sociedade brasileira interfere nas escolas quanto às questões de diversidade de gênero; é de natureza qualitativa, baseia-se nas transcrições das atividades, utilizando análise do conteúdo temático após leituras exploratórias do corpus da pesquisa. Seus eixos temáticos são: preconceito, questões de gênero na escola, dificuldades de professores/as e relação família-escola. Segundo docentes, as crianças têm trazido mais precocemente questões de gênero para a sala de aula, o que tem gerado tensões entre famílias e escolas. Em muitos casos, familiares e responsáveis esperam que docentes adotem postura conservadora, da heteronormatividade ou que se abstenham de abordar o tema, fazendo com que alguns/umas professores/as hesitem em fazê-lo por conta de tensões e pressões.

*Palavras-chave:* Rodas de Conversa. Questões de Gênero. Conservadorismo.

**ABSTRACT:** This is an experience report of circle discussions on gender issues held at a public university in Rio de Janeiro, in Baixada Fluminense (2023). This research analyzes how Brazilian society’s

\* Doutora em Educação e Professora Associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* <[waniagonzalez@gmail.com](mailto:waniagonzalez@gmail.com)>.

conservatism interferes in schools regarding gender diversity issues; it is qualitative in nature, based on transcripts of activities, using thematic content analysis after exploratory readings of the research corpus. Its thematic axes are: prejudice, gender issues at school, difficulties faced by teachers, and family-school relationships. According to teachers, children have been bringing gender issues into the classroom at an earlier age, which has generated tensions between families and schools. In many cases, family members and guardians expect teachers to adopt a conservative, heteronormative positioning or to refrain from addressing the topic, causing some teachers to hesitate to do so due to tensions and pressure.

*Keywords:* Circle Discussions. Gender Issues. Conservatism.

**RESUMEN:** Este es un relato de experiencia de círculos de conversación sobre cuestiones de género realizados en una universidad pública de Río de Janeiro, en la Baixada Fluminense (2023). La investigación analiza cómo el conservadurismo de la sociedad brasileña interfiere en las escuelas en cuestiones de diversidad de género. Esta investigación es de carácter cualitativo, basada en transcripciones de actividades y análisis de contenido temático luego de lecturas exploratorias del corpus de investigación. Sus ejes temáticos son: prejuicios, cuestiones de género en la escuela, dificultades de los/as docentes y relaciones familia-escuela. Según los/as docentes, niños y niñas han llevado las cuestiones de género a las aulas a una edad más temprana, lo que ha generado tensiones entre las familias y las escuelas. En muchos casos, familiares y tutores esperan que los/as docentes adopten una postura conservadora y heteronormativa o se abstengan de abordar el tema. Esas tensiones y presiones hacen que algunos/as docentes duden en abordar el tema de género.

*Palabras clave:* Círculos de Conversación. Cuestiones de Género. Conservadurismo.

## Introdução

**A**s relações entre os diferentes espaços formativos, quando há uma intencionalidade na formação cidadã e emancipatória (GOHN, 2020), têm sido tema das pesquisas que coordeno. Desde o início dos anos 2000, me dedicado a diversas

investigações sobre ações educativas realizadas por Organização Não Governamental – ONGs, em parceria com governos estaduais e federais, municípios, ou de forma isolada. Nessas pesquisas, constatei a diversidade de atividades desenvolvidas no âmbito da educação não formal, as quais produzem conhecimentos diversos e abordam temáticas raramente exploradas em outros espaços formativos ou que são abordadas sem a mesma profundidade das experiências vivenciadas. Esse enfoque não significa defender a diminuição da importância da escolaridade formal, mas sim valorizar a potência dos diferentes ambientes que propiciam o aprendizado. Vislumbra-se, assim, que a articulação entre a educação formal e a educação não formal pode potencializar a inclusão social e, de alguma maneira, contribuir para a melhoria da formação humana.

Enfatizo a centralidade do papel do Estado em seu dever de efetivar políticas públicas que garantam à população direitos básicos de sobrevivência, assim como educação pública de qualidade. Vale ressaltar que a educação não formal não é, de forma alguma, uma negação da educação formal; elas se complementam, originando práticas educativas que almejam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 2007, iniciei uma pesquisa na Baixada Fluminense com extenso levantamento das ações educativas na região. Fiquei impressionada com a qualidade dessas iniciativas, como o trabalho exemplar da ONG Onda Verde na capacitação de educadores/as ambientais, além de outras que se dedicam a temáticas variadas: coleta seletiva de lixo, direitos humanos com materiais didáticos relevantes, reforço escolar e iniciativas que discutem questões de gênero e sexualidade. A partir dessas pesquisas, surgiram as seguintes questões: a) Em que medida há diálogo entre os diferentes espaços formativos na Baixada Fluminense? b) Como a universidade pode contribuir para integrar essas ações educativas das organizações da sociedade civil com as escolas dos diversos municípios da Baixada Fluminense? Fiquei intrigada pelo fato de essas iniciativas das ONGs muitas vezes não se refletirem na melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb das escolas. Como, então, podemos tecer esses saberes em redes de conhecimento e disponibilizá-los para as escolas, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade da educação na região?

Em 2023, a universidade pública na qual atuo lançou um edital solicitando projetos que envolvessem alunos e alunas de graduação e promovessem um diálogo com as escolas do entorno. Para atender a essa finalidade, desenvolvi um projeto articulando as ONGs atuantes na Baixada Fluminense e uma concepção de educação emancipatória (FREIRE, 2006) com as escolas locais, proporcionando uma proposta que integrava pesquisa e extensão universitária. Obtive apoio institucional, incluindo a concessão de bolsas para os/as participantes do projeto<sup>1</sup>. A concepção de educação freireana fortalece a abordagem de que os diferentes espaços devem “contribuir para a formação do sujeito popular enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social” (FREIRE, 2006, p. 16).

Do ponto de vista teórico, além de Paulo Freire, aproximei-me do trabalho do autor português António Nóvoa, especialmente de sua reflexão sobre a formação de professores/as no contexto da pandemia. Nóvoa (2023) destaca a importância de a formação de professores/as ir além da universidade, envolvendo escolas e a sociedade civil organizada, além de enfatizar a potência da indução docente, o diálogo entre professores/as experientes e novatos/as e o desenvolvimento profissional docente. Assim, desejei criar um projeto que unisse esses elementos: reconhecer a potencialidade das organizações sociais como criadoras de conhecimento na perspectiva de uma educação emancipatória, valorizar o saber dos/das professores/as experientes e promover diálogos entre estes/as e os/as novos/as professores/as em formação.

Ao elaborar o projeto *Trabalho Pedagógico na Perspectiva da Educação Emancipatória e a Articulação Entre os Diferentes Espaços Formativos*, busquei atender às necessidades de formação continuada dos/das professores/as das escolas do entorno da universidade, escolhidas por proximidade operacional de nossos/as bolsistas, todos/as alunos-trabalhadores e alunas/trabalhadoras que podiam acessá-las a pé. Realizamos consultas com professores/as para identificar suas demandas de formação continuada, utilizando como base os temas preconizados pela Resolução nº 2 de 2015 (BRASIL, 2015), como diversidade, direitos humanos, relações étnico-raciais e educação ambiental.

A experiência a ser analisada neste texto é um recorte do referido projeto, a partir da realização de duas rodas de conversa nas quais discutimos questões relacionadas a gênero, contando com a participação de graduandos/as, comunidade escolar das instituições participantes do projeto e uma ONG convidada. O tema foi escolhido após consulta a 36 professores/as, através de questionários. O objetivo deste texto, emergente dessa experiência, é analisar como o conservadorismo presente na sociedade brasileira interfere na abordagem das escolas em questões relacionadas à diversidade de gênero.

## **Conservadorismo na sociedade brasileira nas últimas décadas**

Convém tecermos algumas considerações sobre as origens do conservadorismo, conforme Allan Johnson (1997), e seus pontos de contato com a atualidade. O conservadorismo surge como uma reação às mudanças propostas pela Revolução Francesa, pregando a manutenção da ordem social, considerada preferível à mudança revolucionária. No conservadorismo, há uma concepção negativa da natureza humana, percebida como essencialmente má e irracional, o que exige ser moldada pela imposição de rígidos códigos morais. Por isso, as tradições deveriam ser preservadas por instituições controladas pelas elites, que exercem poder em função de sua posição hierárquica privilegiada, relacionada às suas propriedades privadas. Nessa perspectiva, a desigualdade social é vista como fundamental para a manutenção da sociedade (JOHNSON, 1997). Além da

dimensão econômica, o entendimento do conservadorismo nos remete à sua dimensão simbólica, marcada por disputas ideológicas entre diferentes grupos, inclusive aqueles ligados aos setores conservadores das religiões.

Nas últimas décadas, a propagação de bandeiras conservadoras tem sido abordada como um fenômeno global, não restrito ao cenário nacional. Esse fenômeno é denominado de “tsunami conservador” por Inês Oliveira e Maria Luíza Sussekind (2019), enfatizando que se alastra por diversas dimensões da vida social, inclusive a educacional. Para as autoras, há um alinhamento entre o conservadorismo e os ideários neoliberais, o que tende a acirrar as desigualdades sociais, diferentes tipos de opressão e a competição entre indivíduos/as.

De acordo com as autoras, o *tsunami* é um fenômeno que ocorre de forma repentina, com uma abrangência e intensidade vastas, causando muitos prejuízos à população, sendo desencadeado por modificações na superfície da Terra. Essa metáfora descreve bem o que temos vivenciado no Brasil desde o período anterior ao golpe de 2016, com os efeitos do tsunami conservador atingindo a Constituição Federal de 1988 e resultando na criação de leis que devastadoras para os direitos dos/das indivíduos/as. Os oito anos de debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 e disputas de poder descaracterizaram os seus princípios. O orçamento do Estado foi manipulado para atender interesses de grupos específicos, impactando o atendimento dos direitos sociais. Segundo Oliveira e Sussekind “fomos surpreendidos [sic] por algo que não esperávamos viver nem sofrer, acreditamos hoje que esse tsunami já vinha se formando na fenda de um relevo muito antigo: um Brasil-colonial-escravista-heteropatriarcal” (OLIVEIRA & SUSSEKIND, 2019, p. 6).

No que se refere aos impactos do neoliberalismo na educação, desde os anos 1990 são veiculados discursos de defensores/as do alinhamento da educação pública aos princípios do mercado, promovendo a precarização das condições de trabalho dos/das profissionais da educação. Esses pressupostos foram intensificados durante o governo Bolsonaro (2019-2022), com a propagação de correntes anticientíficas (LOBO, 2020).

Ressalta-se que o avanço do conservadorismo no Brasil vem ocorrendo há algum tempo. Wilson Corrêa (2013), com base nas reflexões de Michel Apple em *Educação à Direita* (2003), afirma que as reformas educacionais dos anos 1990 foram pautadas em ideias conservadoras ao preconizar o alinhamento da educação às demandas do mercado, conforme evidenciado nas disputas entre defensores/as do ensino religioso e do ensino laico, e entre privatistas e publicistas, que antecederam a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 (BRASIL, 1996).

Se nos anos 1990, os setores conservadores influenciaram a aprovação da LDB, nos anos 2000 há uma renovação dessa atuação com o movimento Escola Sem Partido, que indica o início de suas atividades no ano de 2004, conforme informações disponíveis em seu site. Esse movimento, que tem como propósito “barrar a contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, organizou um projeto de lei sob a justificativa de defesa da moral e dos bons costumes, opondo-se ao que denomina de ‘ideologias de gênero de

esquerda” (MARAFON & SOUZA, 2018, p. 78). Além disso, buscam cercear a liberdade de cátedra dos/das docentes ao estabelecer uma série de limitações aos conteúdos a serem abordados. Os/As favoráveis ao referido movimento reforçam a necessidade de defender a família tradicional, assentada na conservação moralista de valores sociais, conforme detalhado por Giovana Marafon e Marina Souza (2018).

As mobilizações antigênero distorcem as abordagens de gênero, que perspectiva relações, e promovem pânico moral ao afirmar equívocos que chegam a assustar, por conta da falta de fundamentos, acrescida de argumentos falsos – tal como dizer que os Estudos de Gênero incentivam crianças e jovens a se tornarem homossexuais. Logo se percebe que nesse discurso a homossexualidade é a figura abjeta, anormal, considerada fora estrutura da humanidade. Os argumentos da cruzada antigênero fomentam preconceitos, discriminações e atacam frontalmente os princípios da promoção da igualdade e os questionamentos de estereótipos de gênero.

De acordo com Marafon e Souza (2018), no contexto de avanço do conservadorismo, observa-se uma ameaça às discussões sobre relações étnico-raciais e diversidade religiosa, devido aos vetos no Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 e à supressão dos termos *identidade de gênero* e *sexualidade nas escolas*, o que repercutiu nos planos estaduais e municipais de educação nos anos de 2015 e 2016. Esse processo desencadeou vários Projetos de Lei em estados, municípios e no Senado Federal alinhados ao Escola Sem Partido, com o objetivo de proibir docentes de abordar temáticas relacionadas a gênero e sexualidade. O argumento central é que essas discussões devem ser de responsabilidade das famílias, e em virtude dos aspectos apresentados, uma das consequências desse movimento é a autocensura dos/das docentes.

Um dos efeitos que produzidos pelo regime de verdades que tenta dominar o discurso educacional com o termo ‘ideologia de gênero’ é a sensação de medo e insegurança que paira sobre saberes e práticas de gênero nas escolas básicas e também sobre aquelas que atuam na formação de professoras/es no ensino superior (MARAFON & SOUZA, 2018, p. 81).

Assim, os segmentos conservadores endossam um discurso pautado na heteronormatividade, “o conceito reporta-se a uma ordem sexual (presente) na qual o modelo adotado é o heterossexual, familiar, reprodutivo” (SILVA & NAKASSIMA, 2019, p. 7) e defendem preconceitos contra quem não se encaixa nesse padrão, se afastando, dessa maneira do pluralismo de ideias, tão necessário à educação democrática. Em oposição à essa diretriz:

O ambiente escolar também é um local onde a reprodução do machismo, sexismo, misoginia, racismo, homotransfobia são existentes entre @alun@s, professor@s e demais funcionários que perpetuam essas opressões e violências de maneira física, verbal e simbólica causando transtornos psicológicos para mulheres e LGBTQI+. Dessa forma, contribuem para a evasão, exclusão de alun@s vítimas de bullying, principalmente de alun@s trans (SILVA, 2020, p. 52 e 53).

Apesar de a Base Nacional Comum Curricular – BNCC ter suprimido o termo *gênero*, preservou a menção aos direitos humanos e ao respeito a outros/as. Em virtude dessa possibilidade, Lauri Silva (2020) questiona como os/as professores/as, especialmente os/as de história, têm tratado as questões de gênero e sexualidade. Segundo ele, muitos/as docentes acabam reproduzindo preconceitos e padrões heteronormativos, citando uma pesquisa sobre o Perfil dos Professores Brasileiros realizada em 2002, na qual 59,7% dos/das entrevistados/as consideraram inadmissível que uma pessoa tenha relações homoafetivas. Diante desses aspectos, é urgente, nas políticas educacionais, o tratamento das questões de gênero no âmbito da formação inicial e continuada de professores/as.

Na revisão de literatura realizada, encontrei em Denize e José Antônio Sepulveda (2019) aspectos importantes que auxiliam na análise das rodas de conversa, foco desta reflexão. A autora e o autor destacam que as recentes mudanças no currículo escolar, alinhadas com uma agenda conservadora, impactam a formação dos/das alunos/as no tratamento de questões relacionadas à diversidade e no desenvolvimento do pensamento crítico. Sua pesquisa, iniciada em 2015 em uma escola pública, relata um aumento no medo da comunidade escolar ao abordar questões de gênero a partir do governo Bolsonaro. A pesquisa revelou que havia, inicialmente, interesse por parte da gestão e das coordenadoras em promover atividades relacionadas à temática. No entanto, com o tempo, esse comportamento mudou, como relatado no trecho a seguir:

Fizemos uma roda de conversa com xs estudantes, professorxs e funcionárixs para trabalharmos as dúvidas que foram depositadas na caixa. Um número grande de interessadx[sic] se fez presente, para que pudéssemos debater as questões da caixa de dúvidas. “O objetivo de se realizar uma roda de conversa é um aprendizado mútuo com a troca de experiências. É sempre compartilhar um fato, seja ele bom ou ruim, uma inquietude ou uma satisfação, uma dúvida ou afirmação, descoberta ou indignação, decisão ou uma solução, ou seja, independente de qual for o motivo, ela sempre levará à aprendizagem pela troca e reconstrução de conceitos dos participantes”. (SILVA, 2012, p. 55). O próximo passo da atividade seria levarmos um cartaz com todas as perguntas respondidas e deixá-lo em algum mural da escola; porém, quando fomos conversar com a diretora, esta nos disse que a própria direção estaria incentivando atividades sobre gêneros e sexualidades. Essa atitude para nós nos deu indícios de que o medo teria atingido a gestora da instituição escolar (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 886).

Retomaremos esse aspecto na análise das rodas de conversa, pois os relatos dos/das docentes participantes também destacaram o medo em tratar questões de gênero em suas salas de aula. Além disso, uma das escolas participantes do projeto sofreu uma denúncia alegando que as atividades escolares incentivavam a homossexualidade dos/das alunos/as. Ambos os aspectos mencionados por Denize e José Antônio Sepúlveda (2019) serão abordados no subitem a seguir.

## As rodas de conversa

Os temas das rodas de conversa foram escolhidos pelos/as docentes das três escolas participantes do projeto mencionado nas páginas iniciais deste texto. As atividades ocorreram com menos de um mês de intervalo, o que possibilitou um aprofundamento e uma retomada das questões discutidas. Os procedimentos metodológicos adotados foram baseados em uma abordagem qualitativa, com análise das transcrições das filmagens das rodas de conversa realizadas em 2023. O anonimato dos/das participantes foi preservado, omitindo-se os nomes das escolas e das pessoas cujas falas foram parafraseadas ou transcritas. Após leituras flutuantes, considerando os critérios de repetição e relevância, foram estabelecidos os seguintes eixos temáticos: preconceito, questões de gênero na escola, dificuldades dos/das professores/as e relação família-escola, utilizando a técnica de análise de conteúdo temático.

Na primeira roda de conversa, realizada em 31 de maio de 2023, o tema abordado foi *Direitos Humanos e Diversidade de Gênero*. A atividade foi conduzida por um membro da ONG que realiza uma pesquisa de doutorado sobre o tema; contou com a presença de graduandos/as, professores/as e funcionários/as de duas escolas. Ressalta-se que uma das escolas participantes do projeto não enviou representantes para o evento. Uma autoridade municipal entrou em contato para informar que não liberariam o ponto dos/das professores/as, alegando que, mesmo com a greve no período, o número de escolas paralisadas era reduzido na data do evento. Além das escolas participantes do projeto, fizemos a divulgação junto a outras, por meio do Sindicato Estadual dos Professores do Estado do Rio de Janeiro – SEPE e de professores/as do município que são alunos/as universitários/as, tanto na graduação quanto na pós-graduação *stricto sensu*.

A proposta da atividade está fundamentada na concepção de *comunidade de formação*, de Antônio Nóvoa (2023), segundo a qual o espaço de formação docente deve proporcionar novas experiências pedagógicas, tanto na formação inicial quanto na continuada, por meio do diálogo entre universidade, escolas e organizações da sociedade civil.

A roda de conversa começou com uma breve explicação da coordenadora do projeto sobre a finalidade do encontro. Em seguida, o representante da ONG situou a discussão dentro das políticas estaduais de combate à LGBTQIfobia. Os/As participantes, principalmente os/as docentes, compartilharam suas experiências sobre a temática.

No dia 21 de junho de 2023, realizamos a segunda roda de conversa, focada em *Direitos LGBTQIAP+ nas Escolas e Diversidade*, sugerida pelos/as participantes da primeira roda, com o intuito de aprofundar o entendimento da sigla LGBTQIAP+ e da legislação protetiva para essa população. A atividade foi conduzida por uma psicóloga e um advogado da ONG, tendo aproximadamente três horas de duração, com a participação de professores/as e agentes de apenas uma das três escolas participantes do projeto.

Inicialmente, foi exibido o documentário *TransFormar: Existindo na Educação* (2018), do qual foi extraída a frase do título deste trabalho, mencionando que a omissão da



comunidade escolar ao lidar com casos de bullying contra pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos leva essas pessoas a desistirem da escola. Após a exibição, foram feitos comentários sobre a importância das falas de pessoas trans acerca da falta de acolhimento nas escolas e ficou evidente a relevância da roda de conversa proposta. Em seguida, duas profissionais do Centro de Cidadania apresentaram dados sobre as políticas contra a transfobia e sobre a atuação da ONG.

Buscando elucidar o objetivo proposto – analisar como o conservadorismo presente na sociedade brasileira interfere na abordagem das escolas em relação às questões de diversidade de gênero –, destaco relatos na forma de paráfrases e citações literais dos/das participantes que contribuem para esta análise.

Com relação ao primeiro eixo temático, *preconceito da família*, uma docente relatou o caso de um aluno que não se conformava nos padrões de heteronormatividade e era constantemente xingado pelos/as colegas, sendo chamado de ‘viadinho’ em casa. De acordo com a docente, o aluno gosta de usar batom e pintar as unhas, o que às vezes causa comentários ofensivos ao seu redor. A mãe do aluno está tentando entender a situação e recentemente o encaminhou para um centro para adolescentes para ajudá-lo a lidar com a sua identidade. A professora mencionou que todos/as estão tentando compreender se o aluno está realmente se descobrindo ou apenas buscando atenção. Ela reconheceu que a situação ainda é confusa para todos/as, inclusive para o próprio aluno: “É um processo de descoberta para ele, e ele está navegando por isso. Pode ser que ele use batom e pinte as unhas, e isso é parte desse processo” (PROF 1, 2023). Esse relato evidencia a postura de resistência ao conservadorismo predominante na sociedade por parte da professora e a agressividade dirigida pela família contra aqueles/as que não se enquadram nos padrões tradicionais, refletindo as análises de Silva (2020).

Uma das professoras participantes da roda de conversa relacionou o preconceito familiar sobre questões de gênero com a religiosidade e o governo de Jair Bolsonaro.

*“É porque é uma coisa também muito ligada a religiosidade, porque na grande maioria das vezes aquela família às vezes adota violência quando ver aquela situação justamente porque são religiosos, então é uma coisa muito ligada, não é nem religiosa, porque a gente não diz religiosa porque aí está abrangendo muita religião, mas é a questão da religiosidade, as pessoas levam pro outro lado, a gente demorou tanto tempo, foram quatro anos aí que muitas coisas foram desconstruídas e agora assim, estão tentando botar no lugar de novo, porque entrou muito essa questão da religiosidade, então acredito que também a falta de respeito, porque na verdade é falta de respeito, eu não respeito o outro, o que o outro quer” (PROF 2, 2023).*

*“A gente consegue fazer um trabalho com a criança, mas a gente precisa dessa participação dos pais porque quem mostra para eles essa diversidade toda é a gente, para eles não é nada tão complexo assim, e isso gente é o meu entendimento do que eu venho trabalhando e venho percebendo, que às vezes a gente deixa as coisas muito mais complexas até do que elas são, porque quando a gente fala de dignidade humana isso não era para ser tão complexo assim, quando a gente fala de direito isso não era para ser tão complexo, é um básico” (PROF 5, 2023).*

Essa reflexão, que relaciona o preconceito de algumas religiões com aspectos da diversidade de gênero, tem interferido nas políticas e práticas educativas por conta da influência dos setores conservadores na sua elaboração, conforme destacado por Marafon e Souza (2019).

No que diz respeito às questões de gênero nas escolas, uma docente relatou que, comparativamente aos anos anteriores, os/as alunos/as têm demonstrado uma necessidade crescente de discutir essas questões. Ela observa um avanço na aceitação social de gays, embora a aceitação de travestis ainda seja mais limitada. *“Estou falando com base em percepções pessoais, sem dados concretos, mas é evidente que tanto gays quanto lésbicas estão sendo mais socialmente aceitos, o que pode estar influenciando essa percepção”* (PROF 3, 2023). A docente destaca que, no primeiro segmento do Ensino Fundamental, tem notado meninos que apresentam comportamentos mais afeminados e, ocasionalmente, falam abertamente sobre seu interesse por meninos, o que ela acredita ser resultado da maior visibilidade e desconstrução dos preconceitos promovidos pela mídia. Ela conclui, *“pode ser por isso que estamos vendo um aumento no número dessas crianças expressando suas identidades de gênero”* (PROF 3, 2023). No entanto, ressalta que transsexuais e travestis continuam a ser marginalizados/as e enfrentam maiores desafios. A docente relatou que uma aluna do 6º ano compartilhou o fato de ser bissexual. A conversa foi abordada com muita naturalidade, o que surpreendeu a professora.

Outro relato de um docente ilustra como as questões de gênero têm se tornado mais frequentes nas salas de aula. Ele mencionou um incidente em que um aluno chamou o outro de Pablo Vittar. O docente perguntou qual era o problema em ser chamado assim, e o aluno explicou que pretendia fazer uma associação positiva, destacando que Pablo Vittar é uma pessoa famosa e rica, embora o colega não tivesse interpretado da mesma forma. O professor explicou que associar alguém a uma figura pública famosa não deve ser considerado um insulto, e que usar a expressão de forma ofensiva é preconceituoso. Ele enfatizou que, especialmente com alunos/as do quarto e do quinto ano, busca abordar essas questões de gênero desmistificando termos usados de maneira pejorativa.

A situação seguinte trata da relação entre a família e a escola a partir da experiência de uma docente durante uma festa escolar, na qual foram distribuídos brindes diferenciados: uma bola para meninos e um bambolê para meninas. Um aluno de 8 anos pediu para trocar a bola pelo bambolê e a troca foi feita. *“Cinco minutos depois, o pai dele apareceu com uma atitude agressiva, exigindo a devolução do bambolê, manifestando grande hostilidade”* (PROF 4, 2023). Posteriormente, a professora descobriu que o aluno tinha um irmão travesti, que havia saído de casa e continuava seus estudos. A docente acredita que a heteronormatividade e, em seguida, a falta de apoio familiar, são os principais responsáveis pelo abandono escolar, o que a entristece profundamente.

A forma como algumas/uns docentes abordam as questões de gênero busca romper com preconceitos, como evidenciado na situação em que um aluno chamou o outro de

Pablo Vittar. As situações descritas revelam a influência dos padrões heteronormativos nas salas de aula, práticas de violência psicológica e o tratamento cada vez mais precoce das questões de gênero nas escolas, frequentemente abordadas pelos/as próprios/as alunos/as. Uma docente criticou a relação entre a escola e os pais, enfatizando que o diálogo deve ir além das questões relacionadas ao desempenho acadêmico. Ela defende que as questões ligadas à diversidade devem ser abordadas com maior frequência nas conversas com os/as pais/mães.

A seguir, apresento duas situações nas quais as docentes relataram dificuldades em lidar com questões de gênero trazidas pelos/as alunos/as. A primeira situação envolve uma docente que atuava no quarto ano e relatou este incidente: um aluno afirmou que uma colega de turma era lésbica. A reação da docente foi contraditória: inicialmente, ela procurou esclarecer a situação, mas posteriormente demonstrou resistência em aceitar conhecimentos fora dos padrões heteronormativos. O fragmento da fala da docente ilustra essa ambiguidade:

*“Eu levei para o lado do respeito, eu peguei e perguntei a turma o que que era, o que que eles sabiam dessa palavra, o que que eles viam nessa palavra e passei para eles, e eu via a menina tava assim no cantinho da sala, ficou com aquele olho assim, porque todo mundo começou aquela fofoquinha que surgiu por causa de uma brincadeira no recreio aquela brincadeira da garrafa, ela falou assim que gostava de outra garota. E aí quando chegou na sala começou aquela fofoquinha e eu peguei e levei pro lado do respeito, expliquei o que que era a palavra e tal e aí eu falei com eles ‘Olha gente, primeiro que vocês não têm idade e nem devem saber o que que é isso’” (PROF 6,2023).*

Nesta última situação, há um ponto de contato com as reflexões de Marafon e Souza (2018) sobre o movimento Escola Sem Partido, que se opõe à abordagem de questões de gênero nas escolas sob a alegação de que os/as professores/as, ao abordar tais temas, estariam incentivando práticas homossexuais.

A segunda professora questiona o fato de que muitos/as docentes/as consideram questões de gênero nas salas de aula como um ‘bicho de sete cabeças’, apesar de reconhecer que também enfrentava essa dificuldade. Ela enfatiza que seu aprendizado sobre o tema ocorreu de forma colaborativa, junto com seus/suas colegas:

*“No meu ambiente de trabalho eu tenho uma colega de trabalho que me fala sobre isso todos os dias tanto das questões de diversidade de cultura, quanto de sexo, gênero e enfim, uma. E todo dia eu aproveito da fala dela, acabei de falar com elas também, ela me fala sobre isso todo dia, até o ano passado eu fazia comentários absurdos, mesmo sem saber, mas ela falava assim “não fala isso, isso é ofensivo” e eu estava ofendendo sem saber que eu estava ofendendo. Então, a gente precisa desse espaço amador para a gente tirar essa ideia de complexo primeiro, porque para criança nem é tão complexo assim, eles estão vivendo nesse contexto de diversidade” (PROF 7, 2023).*

A reflexão da docente indica que há um grupo de professores/as que está enfrentando o conservadorismo presente na sociedade, o que deveria ser o foco das políticas de formação continuada no município pesquisado. Ainda no contexto das tensões entre a família e a escola, uma docente relatou uma situação em que uma criança de dez anos solicitava ser chamada por seu nome social, mas o pai e a mãe não aceitavam essa preferência.

*“Esse menino chegou assim eu quero que me chamem pelo nome tal, não quero mais e escreveu uma carta falando que estava pensando até em se matar, isso é tão sério e a escola o que a gente faz nesse momento, porque assim eu confirmo ali, acionar Conselho Tutelar era necessário porque se existe um conflito de interesses aonde os pais pensam de um jeito e existe a criança ali quem a gente protege, os pais? Mas muitas vezes dentro da escola pública a gente se protege sabe, como a colega falou, porque para cair em cima da gente que eles vêm pesado muita das vezes a gente olha e fala, pô, essa briga não né, infelizmente né, a gente não tem suporte né, seja legal, enfim é sempre difícil. Ano passado teve a fala de uma mãe falou assim: ‘só depois dos dezoito anos que ele vai poder escolher’, aí você fica assim, vale a pena eu querer argumentar alguma coisa, né, porque se essa bomba estourar, de quem vai ser a culpa, vou tá sozinha nessa briga, aí a gente prefere ser a gente acaba sendo omissa né mas por conta de não ter um suporte né não ter alguma coisa que nos deu uma garantia efetiva, né, de resolver, né, de até um suporte legal pra gente, né, às vezes a gente não tem essa informação de até onde a gente pode ir, né?” (PROF 8, 2023).*

Neste depoimento, fica evidente tanto a tensão entre a família e a escola quanto a dificuldade em lidar com essas questões, refletindo os impactos do conservadorismo da sociedade no cotidiano escolar. Sentimentos de medo e insegurança são frequentes nos relatos dos/das docentes, tanto na educação básica quanto no ensino superior, como mencionado por Marafon e Souza (2018). Durante o governo de Jair Bolsonaro, esse medo aumentou por causa do respaldo aos setores mais conservadores da sociedade evidenciado por suas declarações homofóbicas amplamente divulgadas na mídia. Denize e José Antônio Sepulveda (2019) relatam que esse sentimento de medo interferiu na realização de sua pesquisa nas escolas, levando à sua interrupção por conta das discussões sobre questões de gênero com os/as alunos/as.

Embora o período do governo Bolsonaro tenha representado uma fase particularmente intensa do tsunami conservador (OLIVEIRA & SUSSEKIND, 2019), setores conservadores da sociedade continuam pressionando por censura nas salas de aula. A escola mais ativa no projeto foi acusada pelo Conselho Tutelar de incentivar um aluno a ser homossexual. De acordo com uma docente, há suspeitas de que tal denúncia possa ter surgido após a participação de outros/as docentes na primeira roda de conversa, na qual expuseram suas experiências e abordagens sobre a questão. Ela avaliou que se essas declarações levaram alguém a fazer tal denúncia, seria injusto, já que a escola vem realizando um excelente trabalho de acolhimento e assumindo sua responsabilidade para com a comunidade, seus/suas alunos/as e pais/mães (PROF. 8, 2023). Esse episódio revela, lamentavelmente, a continuidade das práticas de denúncias contra escolas e docentes, incentivadas durante o governo Bolsonaro e típicas dos/das defensores/as do movimento Escola sem Partido, apesar de terem sido repudiadas no governo de Lula.

## Considerações finais

Como abordado, o fenômeno do *tsunami conservador* teve um impacto significativo nas escolas, causando danos substanciais. Embora demandando um prazo médio, a reversão dessa situação depende, entre outros fatores, da formação de professores/as. Um dos participantes da primeira roda de conversa mencionou que concluiu seus estudos na Educação de Jovens e Adultos – EJA pelo fato de não ter se sentido acolhido no ensino fundamental diurno em função de sua homossexualidade. “*Nós professores não tivemos uma formação, muitos de nós tivemos uma formação branca, cristã e heteronormativa*” (PROF.9, 2023). Esse relato destaca dois aspectos cruciais para a reflexão sobre o tema proposto: a influência dos setores religiosos mais conservadores e a ameaça à democracia durante o governo Bolsonaro.

Dentro do Estado democrático de direito, há um princípio constitucional fundamental: o princípio da dignidade da pessoa humana, que estabelece que um/uma indivíduo/a não pode causar dano à integridade de outro/a, seja física ou verbalmente. Embora esse princípio seja complexo para ser trabalhado com crianças e jovens, é possível revisitar os princípios de uma educação democrática e inclusiva, envolvendo professores/as e funcionários/as. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma atenção cuidadosa por parte da comunidade escolar no tratamento de todas as pessoas, especialmente aquelas que não se adequam ao padrão heteronormativo, e a rejeição de todas as formas de assédio.

Como evidenciado nas análises das falas, o conservadorismo presente em nossa sociedade impacta significativamente a relação entre famílias e escolas, criando tensões entre pais/mães e docentes. Frequentemente, esses/as pais/mães não conseguem perceber o sofrimento ocasionado a crianças e jovens e o efeito nocivo sobre seu desempenho escolar, o que, em alguns casos, pode levar à evasão. No entanto, há situações em que a escola se torna o único espaço de acolhimento disponível para esses/as indivíduos/as, conforme foi mencionado em alguns relatos das/dos professoras/es.

*Recebido em: 13/08/2024; Aprovado em: 16/10/2024*

## Notas

- 1 Agradeço o apoio dos/as bolsistas, da modalidade pro docência, na transcrição das rodas de conversa: Janaína Costa Torres, Larissa Santos da Silva e Vinicius Magalhães da Silva.

## Referências

- BRASIL. *Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/htm)>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- BRASIL, Resolução n.2 de 1o de Julho de 2015, Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2015>> Acesso em: 4 nov 2024.
- CORRÊA, Wilson Francisco. O que é conservadorismo em educação? *CONJECTURA: Filosofia E educação*, 18(2), 78–90. 2013. Disponível em: <<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/767>>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- FREIRE, Paulo. *A Educação na cidade*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. *Humanidades & Inovação*, 2020. Disponível em: <<https://unicamp.br/unicamp/noticias/2020/05/13/educacao-nao-formal-direitos-e-aprendizagens-dos-cidadaos-em-tempos-do/>>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LOBO, Sonia, A. *Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores*. 2020. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8052500/mod\\_resource/content/1/Pol%C3%ADticasPublicasBolsonaro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8052500/mod_resource/content/1/Pol%C3%ADticasPublicasBolsonaro.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- MARAFON, Giovana & SOUZA, Marina Castro. Como o discurso da ideologia de gênero ameaça o caráter democrático e plural da escola? In: PENA, Fernando; QUEIROZ, Felipe & FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação democrática: antídoto ao Escola sem partido*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018. p.75-88.
- NÓVOA, António. *Professores: libertar o futuro*. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de & SUSSEKIND, Maria Luiza. Tsunami conservador e resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, e84868, 2019. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-31432019000300400&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432019000300400&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- SEPULVEDA, José Antônio & SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. *Currículo sem Fronteiras*, 2019. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=DwjOQf0AAAAJ&citation\\_for\\_view=DwjOQf0AAAAJ:5nxA0vEk-isC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=DwjOQf0AAAAJ&citation_for_view=DwjOQf0AAAAJ:5nxA0vEk-isC)>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- SILVA, Lauri Miranda. Experiências e estratégias no ensino de história sobre gênero e sexualidade na educação básica em Triunfo/Candeias do Jamari – RO. *Fronteiras*, 22(39), 50–66. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/frh.v22i39.12569>>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- SILVA, Daniel Bueno da & NAKASHIMA, Rosária Helena. Sexualidade e ensino de história: práticas e desafios na formação inicial. *Revista multidisciplinar Humanidades e Tecnologia*, v.17, n.1 2019. Disponível em: <[https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/773/550](https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/773/550)>. Acesso em: 20 out. 2024.
- TRANSFORMAR: Existindo na Educação. Direção: Felipe Carrê. Produção: Thaysa Nunes. Local: UERN/Canal Futura, 2018. Curta (25min07). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qND40qIxuko>>. Acesso em: 26 out. 2024.